

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis 2020

Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região

**Porto Velho – RO
Março/2021**

SUMÁRIO

I. INFORMAÇÕES GERAIS	4
II. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS	5
A. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	5
B. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	5
III. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9
A. BALANÇO PATRIMONIAL	9
B. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	11
C. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	13
D. BALANÇO FINANCEIRO	15
E. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	16
IV. NOTAS EXPLICATIVAS	17
A. BALANÇO PATRIMONIAL	17
NOTA 1 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E VALORES A RECEBER	17
NOTA 2 – ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	18
NOTA 3 – PASSIVO CIRCULANTE	20
NOTA 4 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE	20
NOTA 5 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21
B. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	21
NOTA 6 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	21
NOTA 7 –TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	22
NOTA 8 – VALORIZAÇÃO E GANHOS C/ ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	22
NOTA 9 – PESSOAL E ENCARGOS, BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS, USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL, VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS, TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS, DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS E DESPESAS TRIBUTARIAS, CUSTO DE MERCADORIA E OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	22
C. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	23
NOTA 10 - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	24
NOTA 11 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	25

NOTA 12 - EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	26
D. BALANÇO FINANCEIRO	26
NOTA 13– RESULTADOS DO BALANÇO FINANCEIRO.....	26
NOTA 14.1 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	27
NOTA 14.2 - RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	27
NOTA 14.3 - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	27
E. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	28
NOTA 15 – INGRESSOS	28
NOTA 16 – DESEMBOLSOS	28
NOTA 17 – GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	30

I. INFORMAÇÕES GERAIS

O TRT14 - Tribunal Regional do Trabalho 14ª Região, órgão da administração direta do Poder Judiciário, com sede em Porto Velho e jurisdição nos Estados de Rondônia e Acre, foi criado pela Lei nº 7.523 de 17 de julho de 1986 (publicada no Diário Oficial da União em 18 de julho de 1986) e instalado em Sessão Solene realizada no dia 28 de novembro de 1986. O órgão possui como missão institucional realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, com celeridade e efetividade, promovendo a paz social e o fortalecimento da cidadania.

A sua jurisdição abrange todos os 52 (cinquenta e dois) municípios do Estado de Rondônia e todos os 22 (vinte e dois) municípios do Estado do Acre, totalizando 74 municípios, e, ainda, atende 15 (quinze) distritos, além de vilarejos e tribos indígenas, por meio das Varas Itinerantes. O TRT14 é composto por 32 (trinta e duas) Varas do Trabalho, sendo 23 (vinte e três) no Estado de Rondônia e 9 (nove) no Estado do Acre, com 4 (quatro) Fóruns Trabalhistas situados nas cidades de Porto Velho, Ariquemes e Ji-Paraná, no Estado de Rondônia, e 1 (um) Fórum Trabalhista na cidade de Rio Branco, no Estado do Acre.

As atividades do TRT14 são exercidas por servidores públicos, regidos pela Lei nº 8.112/1990. As contratações de bens, serviços e obras necessárias à manutenção e ao aperfeiçoamento das atividades jurisdicionais são realizadas em conformidade com os ditames da Lei 8.666/1993.

II. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do TRT14 são elaboradas de acordo com as normas contábeis aplicadas ao setor público, especialmente, a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor público (NBC T SP 16), as normas e orientações emanadas do Órgão Central de Contabilidade da União, em especial, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP - 8ª Edição, e as demais orientações contidas no Manual SIAFI e nas mensagens emitidas pela Setorial Contábil CFIN/CSJT. Quanto aos orçamentos, são seguidas as Leis do Plano Plurianual - PPA, de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Orçamentária Anual - LOA.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

B. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da Justiça do Trabalho, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

1. Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional do TRT14 é o Real.

2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o direito de saque na Conta Única do Tesouro Nacional, conforme programação financeira executada junto a Secretaria do Tesouro Nacional.

3. Créditos à curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos de 13º salário e férias de servidores. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo.

4. Estoques

Compreende o saldo dos bens de consumo estocados em almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante utilização das contas de ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

5. Ativo realizável à longo prazo

Compreendem os créditos de direitos a receber à longo prazo. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que, quando existentes, são avaliados e mensurados da seguinte forma: (a) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (b) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

8. Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis e imóveis não cadastrados no SPIUNet

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis e imóveis não cadastrados no SpiuNet deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

9. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

10. Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações do TRT14 são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos (circulante e não circulante) apresentam a seguinte divisão: (I) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (II) empréstimos e financiamentos; (III) fornecedores e contas a pagar; (IV) obrigações fiscais; (V) obrigações de repartições a outros entes; (VI) provisões; e (VII) demais obrigações.

11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: (a) riscos trabalhistas; (b) riscos fiscais; (c) riscos cíveis; (d) repartição de créditos tributários; (e) provisões matemáticas; e (f) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

12. Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

13. Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial;

II. Orçamentário; e

III. Financeiro.

a) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o TRT14 e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o TRT14, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

b) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

c) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do TRT14.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

III. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE		7.979.169,93	2.661.348,46
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	3.174.023,81	2.405.827,16
Créditos a Curto Prazo		4.371.920,62	-
Demais Créditos e Valores		4.371.920,62	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo			4.178,27
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-
Estoques		433.225,50	251.343,03
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		76.918.759,95	79.189.277,79
Ativo Realizável a Longo Prazo		576.386,61	586.053,11
Créditos a Longo Prazo		576.386,61	
Demais Créditos e Valores		576.386,61	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo			586.053,11
Imobilizado	02	74.029.004,68	76.329.197,18
Bens Móveis		20.349.712,10	22.582.454,40
Bens Móveis		36.387.923,29	35.036.434,78
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-16.038.211,19	-12.453.980,38
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-
Bens Imóveis		53.679.292,58	53.746.742,78
Bens Imóveis		54.410.152,75	54.410.152,75
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-730.860,17	-663.409,97
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-
Intangível		2.313.368,66	2.274.027,50
Softwares		2.313.368,66	2.274.027,50
Softwares		2.313.368,66	2.274.027,50
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-
TOTAL DO ATIVO		84.897.929,88	81.850.626,25

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2020	2019
PASSIVO CIRCULANTE	03	76.335,43	1.086.461,53
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		73.871,47	630.122,66
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		948,96	-
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
Provisões a Curto Prazo		-	1.798,03
Demais Obrigações a Curto Prazo		1.515,00	454.540,84
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	04	513.567,04	401.949,85
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		513.567,04	401.949,85
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		589.902,47	1.488.411,38
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2020	2019
Patrimônio Social e Capital Social	05	-	-
Resultados Acumulados		84.308.027,41	80.362.214,87
Resultado do Exercício		3.179.427,05	46.500.240,41
Resultados de Exercícios Anteriores		80.362.214,87	34.562.295,04
Ajustes de Exercícios Anteriores		766.385,49	-700.320,58
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		84.308.027,41	80.362.214,87
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		84.897.929,88	81.850.626,25

Fonte: SIAFI

B. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				
	NE	2020	2019	%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		410.987.745,59	579.208.463,31	-29,04%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		4.354.119,18	4.768.432,25	-8,69%
Impostos		-	-	
Taxas		4.354.119,18	4.768.432,25	-8,69%
Contribuições de Melhoria		-	-	
Contribuições		-	-	
Contribuições Sociais		-	-	
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-	
Contribuição de Iluminação Pública		-	-	
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-	
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		192.738,62	135.594,16	42,14%
Venda de Mercadorias		-	-	
Vendas de Produtos		-	-	
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		192.738,62	135.594,16	42,14%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	06	16.998,41	15.774,14	7,76%
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-	
Juros e Encargos de Mora		1.500,29	4.998,09	-69,98%
Variações Monetárias e Cambiais		15.498,12	10.776,05	43,82%
Descontos Financeiros Obtidos		-	-	
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-	
Aportes do Banco Central		-	-	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-	
Transferências e Delegações Recebidas	07	404.343.072,34	382.237.678,52	5,78%
Transferências Intragovernamentais		397.184.974,34	378.657.414,52	4,89%
Transferências Intergovernamentais		7.158.098,00	3.579.049,00	100,00%
Transferências das Instituições Privadas		-	-	
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-	
Transferências de Consórcios Públicos		-	-	
Transferências do Exterior		-	-	
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-	
Transferências de Pessoas Físicas		-	-	
Outras Transferências e Delegações Recebidas		-	1.215,00	
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	08	1.281.901,60	44.871.218,10	-97,14%
Reavaliação de Ativos		-	-	
Ganhos com Alienação		-	-	
Ganhos com Incorporação de Ativos		-	-	
Ganhos com Desincorporação de Passivos		1.281.901,60	44.871.218,10	-97,14%
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		798.915,44	147.179.766,14	-99,46%
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-	
Resultado Positivo de Participações		-	-	
Operações da Autoridade Monetária		-	-	
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-	
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		798.915,44	147.179.766,14	-99,46%

	NE	2020	2019	%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	09*	407.808.318,54	532.708.222,90	-23,45%
Pessoal e Encargos		243.906.749,91	240.892.409,77	1,25%
Remuneração a Pessoal		194.085.534,40	195.083.380,97	-0,51%
Encargos Patronais		39.619.067,65	33.655.128,25	17,72%
Benefícios a Pessoal		10.202.147,86	12.153.900,55	-16,06%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-	
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		89.546.432,05	84.456.673,97	6,03%
Aposentadorias e Reformas		78.851.750,99	75.362.605,23	4,63%
Pensões		9.559.055,27	9.040.861,69	5,73%
Benefícios de Prestação Continuada		-	-	
Benefícios Eventuais		-	-	
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-	
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.135.625,79	53.207,05	2034,35%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		30.349.989,47	37.757.187,76	-19,62%
Uso de Material de Consumo		311.300,52	831.324,09	-62,55%
Serviços		26.358.756,42	33.474.494,24	-21,26%
Depreciação, Amortização e Exaustão		3.679.932,53	3.451.369,43	6,62%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		2.240,22	464,93	381,84%
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-	
Juros e Encargos de Mora		-	331,44	
Variações Monetárias e Cambiais		2.194,68	133,49	1544,08%
Descontos Financeiros Concedidos		45,54	-	
Aportes ao Banco Central		-	-	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-	
Transferências e Delegações Concedidas		5.741.418,46	168.337.685,45	-96,59%
Transferências Intragovernamentais		5.741.418,46	168.337.685,45	-96,59%
Transferências Intergovernamentais		-	-	
Transferências a Instituições Privadas		-	-	
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-	
Transferências a Consórcios Públicos		-	-	
Transferências ao Exterior		-	-	
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-	
Outras Transferências e Delegações Concedidas		-	-	
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		37.182.571,53	714.210,12	5106,11%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	-	
Perdas com Alienação		-	14.959,79	
Perdas Involuntárias		78.631,82	-	
Incorporação de Passivos		36.971.568,61	671.976,42	5401,91%
Desincorporação de Ativos		132.371,10	27.273,91	385,34%
Tributárias		156.490,11	270.981,14	-42,25%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-	
Contribuições		156.490,11	270.981,14	-42,25%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-	-	
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-	
Custos dos Produtos Vendidos		-	-	
Custo dos Serviços Prestados		-	-	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		922.426,79	278.609,76	231,08%
Premiações		-	-	
Resultado Negativo de Participações		-	-	
Operações da Autoridade Monetária		-	-	
Incentivos		-	-	
Subvenções Econômicas		-	-	
Participações e Contribuições		-	-	
Constituição de Provisões		-	-	
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		922.426,79	278.609,76	231,08%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		3.179.427,05	46.500.240,41	-93,16%

Fonte: SIAFI



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

C. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA							
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
RECEITAS CORRENTES		-	-	-	-		
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-	-		
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-		
DEFICIT		-	-	399.187.733,88	399.187.733,88		
TOTAL		-	-	399.187.733,88	399.187.733,88		
DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE 10	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		361.404.443,00	363.568.107,00	397.889.882,71	397.244.458,75	397.229.467,32	-34.321.775,71
Pessoal e Encargos Sociais		315.610.666,00	322.737.564,00	358.783.572,06	358.783.572,06	358.783.572,06	-36.046.008,06
Outras Despesas Correntes		45.793.777,00	40.830.543,00	39.106.310,65	38.460.886,69	38.445.895,26	1.724.232,35
DESPESAS DE CAPITAL		542.678,00	1.360.284,00	1.297.851,17	1.281.751,93	1.281.751,93	62.432,83
Investimentos		542.678,00	1.360.284,00	1.297.851,17	1.281.751,93	1.281.751,93	62.432,83
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		349.007,00	349.007,00	-	-	-	349.007,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS		362.296.128,00	365.277.398,00	399.187.733,88	398.526.210,68	398.511.219,25	-33.910.335,88
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		362.296.128,00	365.277.398,00	399.187.733,88	398.526.210,68	398.511.219,25	-33.910.335,88
TOTAL		362.296.128,00	365.277.398,00	399.187.733,88	398.526.210,68	398.511.219,25	-33.910.335,88

Fonte: Siafi 2020.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE 11	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31-DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		73.298,08	906.344,30	861.396,89	861.396,89	107.250,78	10.994,71
Pessoal e Encargos Sociais		-	2.215,49	2.065,81	2.065,81	149,68	0,00
Outras Despesas Correntes		73.298,08	904.128,81	859.331,08	859.331,08	107.101,10	10.994,71
DESPESAS DE CAPITAL		-	216.849,24	216.849,24	216.849,24	-	-
Investimentos		-	216.849,24	216.849,24	216.849,24	-	-
TOTAL		73.298,08	1.123.193,54	1.078.246,13	1.078.246,13	107.250,78	10.994,71

Fonte: SIAFI 2020

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE 12	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31-DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		-	13.426,68	13.426,68	-	-
Outras Despesas Correntes			13.426,68	13.426,68	-	-
DESPESAS DE CAPITAL			-	-	-	-
Investimentos			-	-	-	-
TOTAL		-	13.426,68	13.426,68	-	-

Fonte: SIAFI 2020



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

D. BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2020	2019
Receitas Orçamentárias		-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-
Transferências Financeiras Recebidas		397.184.974,34	378.646.216,05
Resultantes da Execução Orçamentária		396.812.435,98	376.703.682,87
Sub-repasse Recebido		396.812.435,98	376.703.682,87
Independentes da Execução Orçamentária		372.538,36	1.942.533,18
Transferências Recebidas para Pagamento de RP			49.321,37
Demais Transferências Recebidas		181.830,16	931.844,26
Movimentação de Saldos Patrimoniais		190.708,20	961.367,55
Recebimentos Extraorçamentários	14.2	9.834.509,98	160.710.301,70
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		14.991,43	13.426,68
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		661.523,20	1.123.193,54
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		230.462,52	4.115.809,04
Outros Recebimentos Extraorçamentários		8.927.532,83	155.457.872,44
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		1.255,84	259,16
Arrecadação de Outra Unidade		8.926.276,99	155.442.236,54
Demais Recebimentos			15.376,74
Saldo do Exercício Anterior		2.405.827,16	5.499.167,43
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.405.827,16	5.499.167,43
TOTAL		409.425.311,48	544.855.685,18
DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2020	2019
Despesas Orçamentárias	14.3	399.187.733,88	382.249.447,65
Ordinárias		261.828.288,86	323.087.663,65
Vinculadas		137.359.445,02	59.161.784,00
Seguridade Social (Exceto Previdência)		9.722.830,44	0,00
Previdência Social (RPPS)		85.974.564,00	55.549.009,00
Dívida Pública		34.913.726,16	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		6.748.324,42	3.612.775,00
Transferências Financeiras Concedidas	14.1	5.741.418,46	153.788.021,45
Resultantes da Execução Orçamentária		185.343,80	165.947,91
Sub-repasse Devolvido		185.343,80	165.947,91
Independentes da Execução Orçamentária		5.556.074,66	153.622.073,54
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		88.457,29	49.321,37
Movimento de Saldos Patrimoniais		5.467.617,37	153.572.752,17
Pagamentos Extraorçamentários		1.322.135,33	6.412.388,92
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		13.426,68	4.140,29
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		1.078.246,13	2.288.261,32
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		230.462,52	4.115.809,04
Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	4.178,27
Valores Compensados			4.178,27
Saldo para o Exercício Seguinte	13	3.174.023,81	2.405.827,16
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.174.023,81	2.405.827,16
TOTAL		409.425.311,48	544.855.685,18

Fonte: Siafi 2020



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

E. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

		2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE	2.266.797,82	1.456.080,78
INGRESSOS	15	406.341.713,85	538.219.638,37
Outros Ingressos Operacionais		406.341.713,85	538.219.638,37
Ingressos Extraorçamentários		230.462,52	4.115.809,04
Transferências Financeiras Recebidas		397.184.974,34	378.646.216,05
Arrecadação de Outra Unidade		8.926.276,99	155.442.236,54
Demais Recebimentos			15.376,74
DESEMBOLSOS	16	-404.074.916,03	-536.763.557,59
Pessoal e Demais Despesas		-359.903.316,99	-346.094.282,83
Judiciário		-236.666.598,33	-246.453.550,77
Previdência Social		-87.661.371,83	-85.515.770,22
Encargos Especiais		-35.576.602,67	-14.125.221,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		1.255,84	259,16
Transferências Concedidas		-38.199.718,06	-32.761.266,00
Intragovernamentais		-38.199.718,06	-32.761.266,00
Outros Desembolsos Operacionais		-5.971.880,98	-157.908.008,76
Dispêndios Extraorçamentários		-230.462,52	-4.115.809,04
Transferências Financeiras Concedidas		-5.741.418,46	-153.788.021,45
Valores Compensados			-4.178,27
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-1.498.601,17	-4.549.421,05
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-1.498.601,17	-4.549.421,05
Aquisição de Ativo Não Circulante		-1.459.260,01	-4.255.435,65
Outros Desembolsos de Investimentos		-39.341,16	-293.985,40
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17	768.196,65	-3.093.340,27
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		2.405.827,16	5.499.167,43
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		3.174.023,81	2.405.827,16

Fonte: Siafi 2020.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

IV. NOTAS EXPLICATIVAS

A. BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 1 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E VALORES A RECEBER

O saldo de R\$ 3.174.023,81 (três milhões cento e setenta e quatro mil e vinte e três reais com oitenta e um reais com oitenta e um centavos) deste item corresponde a 40,00%, do montante de R\$ 7.979.169,93(sete milhões novecentos e setenta e nove mil e cento e sessenta e nove reais com treze centavos) do Ativo Circulante. O restante do valor é composto de valores a receber, inclusive da fonte 181, o valor deveria ter sido baixado em dezembro de 2020, mas foi feita a baixa em fevereiro de 2021 ajustando o saldo e reduzindo o valor do ativo em R\$ 3.579.049,00. Houve ainda outros créditos que foram lançados em dezembro de 2020 em função do adiantamento de férias de 2021 pagas em dezembro de 2020.

No Tribunal Regional do Trabalho 14ª Região, este item, em moeda nacional, corresponde ao direito de saque na Conta Única do Tesouro Nacional, conforme programação financeira executada junto à Secretaria do Tesouro Nacional.

Nas tabelas a seguir, visualiza-se sua composição:

Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Em R\$

CONTA CONTÁBIL	31/12/2020	31/12/2019	AH%
Limite de Saque com Vinculação de Pgto. - Ofss	3.174.023,81	2.405.827,16	32%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Houve um aumento do saldo em caixa conforme tabela 01 acima, em virtude da diminuição do gasto com as despesas correntes não obrigatórias em virtude da implantação do trabalho remoto para todos os servidores como forma de evitar a contaminação pelo novo Coronavírus (PANDEMIA). Várias despesas deixaram de ser executadas, tais como as decorrentes de viagens, diárias, auxílio transporte, água, energia elétrica, além da diminuição dos gastos com a manutenção das atividades laborais e com isso aumentando o saldo em caixa em 32% de 2020 em relação a 2019.

A Tabela 2 demonstra a classificação por fonte de recursos, além da evolução da conta limite de saque.

Tabela 02 – Limite de Saque por Fonte de Recursos

Em R\$

Fonte Recursos		DEZ/2020	DEZ/2019	AH %
00	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	1.826.362,11	1.834.206,50	-0,43%
27	CUSTAS JUDICIAIS	531.916,08	28.112,50	1792,10%
50	REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	618.976,55	366.827,57	68,74%
51	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	378,56	0	100,00%
63	REC.PROP.DECOR.ALIEN.BENS E DIR.DO PATR.PUB.	51.300,00	51.300,00	0,00%
81	RECURSOS DE CONVENIOS	128.934,09	125.380,59	2,83%
TOTAL		3.157.867,39	2.405.827,16	31,26%

Fonte: Siafi



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

NOTA 2 – ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade e representa aproximadamente 90,00 % do Ativo Total pertencente ao TRT14. E Os bens intangíveis constituem-se na propriedade imaterial das empresas, possuem valor econômico mas são desprovidos de substância física, como por exemplo: Licenças, Recursos Humanos, Software, Clientes, Patentes, Marcas, Direitos Autorais, Tecnologia, Know-How.

O montante líquido de 2020, no valor de R\$ 76.342.373,34 (setenta e seis milhões, trezentos e setenta e três reais e trinta e quatro centavos), em Imobilizado do Órgão está assim constituído:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

Tabela 03 – Bens Móveis e Imóveis .

Em R\$

BENS MÓVEIS		2020			2019			AH %
		VALOR BRUTO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	VALOR LIQUIDO	VALOR BRUTO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	VALOR LIQUIDO	
123110101	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	16.070,42	-5.000,24	11.070,18	16.070,42	-4.130,66	11.939,76	0,00%
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	315.488,27	-114.809,30	200.678,97	315.488,27	-94.511,68	220.976,59	0,00%
123110103	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP	459.525,56	-331.604,22	127.921,34	459.525,56	-281.452,42	178.073,14	0,00%
123110105	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	3.345.291,78	-450.313,51	2.894.978,27	3.279.741,78	-163.478,55	3.116.263,23	2,00%
123110107	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	2.329.380,84	-710.404,68	1.618.976,16	1.903.190,84	-535.183,85	1.368.006,99	22,39%
123110108	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	338.306,38	-99.282,47	239.023,91	338.306,38	-80.377,19	257.929,19	0,00%
123110109	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	37.031,28	-15.930,91	21.100,37	37.031,28	-13.160,28	23.871,00	0,00%
123110112	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	8.065,10	-5.446,82	2.618,28	8.065,10	-4.505,51	3.559,59	0,00%
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	24.462,03	-11.358,17	13.103,86	24.462,03	-9.209,51	15.252,52	0,00%
123110125	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	645.752,32	-258.642,07	387.110,25	645.752,32	-199.954,65	445.797,67	0,00%
123110201	EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	12.775.607,10	-7.724.138,06	5.051.469,04	12.139.646,00	-5.789.869,77	6.349.776,23	5,24%
123110301	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	932.699,69	-321.028,34	611.671,35	824.499,69	-250.830,69	573.669,00	13,12%
123110302	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	21.136,06	-7.932,53	13.203,53	16.336,06	-6.285,30	10.050,76	29,38%
123110303	MOBILIARIO EM GERAL	6.775.385,95	-2.617.071,26	4.158.314,69	6.776.754,45	-2.042.505,55	4.734.248,90	-0,02%
123110405	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	1.139.275,05	-305.669,64	833.605,41	1.139.275,05	-206.108,25	933.166,80	0,00%
123110503	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	7.033.126,03	-2.991.334,56	4.041.791,47	6.925.179,03	-2.719.750,31	4.205.428,72	1,56%
123119907	!= BENS NAO LOCALIZADOS	8.210,02	0,00	8.210,02	8.210,02	0,00	8.210,02	0,00%
123119908	BENS MOVEIS A CLASSIFICAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
123119909	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	183.109,41	-68.244,41	114.865,00	178.900,50	-52.666,21	126.234,29	2,35%
123210102	!= EDIFICIOS	54.190.152,75	0,00	54.190.152,75	54.190.152,75	0,00	54.190.152,75	0,00%
123210203	!= TERRENOS/GLEBAS	220.000,00	0,00	220.000,00	220.000,00	0,00	220.000,00	0,00%
123810200	* = DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMOVEIS	-730.860,17	0,00	-730.860,17	-663.409,97	0,00	-663.409,97	10,17%
124110201	!= SOFTWARES	2.313.368,66	0,00	2.313.368,66	2.274.027,50	0,00	2.274.027,50	1,73%
Total		92.380.584,53	-16.038.211,19	76.342.373,34	91.057.205,06	-12.453.980,38	78.603.224,68	1,45%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

Nota-se uma variação positiva na depreciação acumulada dos bens imóveis de 28,78%, enquanto que os bens móveis de apenas 3,86% conforme a tabela a seguir:

Tabela 4 – Bens Móveis e Depreciação Acumulada

Em R\$

CONTA CONTÁBIL	31/12/2020	31/12/2019	AH%
Bens Móveis	36.387.923,29	35.036.434,78	3,86%
Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	16.038.211,19	12.453.980,38	28,78%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Houve um aumento no saldo de bens móveis decorrente de aquisições feitas pelo TRT da 14ª região no decorrer do exercício de 2020, sendo mais significativo nos itens a seguir relacionados, ocasionando o aumento da depreciação:

- Equipamento de proteção, segurança e socorro;
- Equipamento de tecnologia da informação e comunicação;
- Veículos em geral;
- Equipamento energéticos.

NOTA 3 – PASSIVO CIRCULANTE

Houve uma redução do passivo do Tribunal que foi de R\$ 1.488.411,38 para R\$ 589.902,47, que perfaz uma queda de 65%. Redução essa em função da desincorporação de passivos relativos a precatórios de pessoal referentes a exercícios anteriores em 31 de dezembro de 2020 nas contas de obrigações trabalhistas (R\$ 630.122,66) e na conta de demais obrigações de curto prazo (R\$ 440.855,00) conforme comunica 2021/0010844 da UG 080017.

NOTA 4 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O item Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Longo Prazo refere-se aos Passivos de Pessoal no TRT14 oriundos de processos administrativos, cuja contabilização está sendo realizada desde 2015, tendo como base a nova contabilidade pública preconizada pela legislação recente, consubstanciada no PCASP, em observância ao Acórdão n.º 1485/2012 – TCU – Plenário e seguindo os critérios do Regulamento recebido através da mensagem CFIN/CSJT n.º 53/2015.

O reconhecimento administrativo, a apuração dos valores e o pagamento de despesas de exercícios anteriores – passivos – a magistrados e servidores no âmbito da Justiça do Trabalho seguem os critérios estabelecidos na Resolução CSJT n.º 137 de 30 de Maio de 2014.

Em 31/12/2020 o saldo das obrigações assumidas sem o respectivo crédito/passivo em longo prazo autorizado no orçamento é de R\$ 513.567,04 (quinhentos e treze mil, quinhentos e sessenta e sete reais e quatro centavos.) que representa 87% de todo o passivo exigível. A seguir tabela com descrições detalhadas dessas obrigações:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

Tabela 5 – Obrigações trabalhistas e previdenciárias de curto prazo.

Em R\$

CONTA CONTÁBIL		DEZ/2020	DEZ/2019	AH %
211110300	PRECATORIOS DE PESSOAL	0,00	630.122,66	-100,00%
211110400	OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR	59.828,99	0,00	100,00%
211310100	BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	14.042,47	0,00	100,00%
211420101	INSS-CONTRIB.S/SALARIOS E REMUNERACOE	0,01	0,00	100,00%
213110400	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	948,96	0,00	100,00%
217910300	PROVISÕES DECORRENTES DE SENTENCAS JU	0,00	1.798,03	-100,00%
218810109	ISS	0,00	5.237,87	-100,00%
218810128	DEPOSITOS RETIDOS DE FORNECEDORES	0,00	8.188,81	-100,00%
218911300	PRECATORIOS DE TERCEIROS	0,00	440.855,00	-100,00%
218913609	SAQUE -CARTAO DE PAGAMENTO DO GOVER	216,00	259,16	-16,65%
218913610	FATURA - CARTAO DE PAGAMENTO DO GOVE	1.299,00	0,00	100,00%
221110400	OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR	496.451,14	384.833,95	29,00%
221429800	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS	17.115,90	17.115,90	0,00%
TOTAL		515.082,04	1.488.411,38	-65,39%

Fonte: SIAFI 2020

NOTA 5 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Compreende o valor residual dos ativos deduzidos todos os passivos. O Patrimônio Líquido do Órgão totaliza R\$ 84.308.027,41 (oitenta e quatro milhões, trezentos e oito mil e vinte e sete reais e quarenta e um centavos), constituído de Resultados Acumulados: do Exercício, de Exercícios Anteriores e de Ajustes de Exercícios Anteriores. A tabela a seguir apresenta cada valor dos itens que compõem o Patrimônio Líquido do TRT14:

Tabela 6 – Resultados Acumulados

Em R\$

Natureza do Passivo	31/12/2020	31/12/2019	AH%
Resultado do Exercício	3.179.427,05	46.500.240,41	-93,16%
Resultado de Exercícios Anteriores	80.362.214,87	34.562.295,04	132,51%
Ajustes de Exercícios Anteriores	766.385,49	-700.320,58	9,43%
TOTAL	84.308.027,41	80.362.214,87	4,91%

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças/SIAFI

B. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

NOTA 6 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS

Ao analisarmos as variações patrimoniais aumentativas observamos uma redução das variações aumentativas em função de uma receita extra, ocorrida em 2019 reflexo do cancelamento de saldos de precatórios em instituições financeiras (2019RA002441), fato esse que não ocorreu em 2020.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

NOTA 7 –TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

As transferências e delegações recebidas são advindas dos recursos transferidos pelo Tesouro Nacional para custear as despesas orçamentárias do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região conforme Lei Orçamentária Anual e apresentaram uma leve variação positiva em função do crescimento vegetativo da despesa do TRT da 14ª.

**NOTA 8 – VALORIZAÇÃO E GANHOS C/ ATIVOS E
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS**

Em 2020 não houve nenhuma desincorporação relevante de passivos como a que ocorreu em 2019 de R\$ 44.871.218,10, mas de apenas R\$ 1.281.901,60 conforme comunicada 2021/0010844 da UG 080017 relativo a precatórios de pessoal.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

**NOTA 9 – PESSOAL E ENCARGOS, BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS,
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL, VARIAÇÕES
PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS, TRANSFERÊNCIAS
E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS, DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE
ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS E DESPESAS
TRIBUTARIAS, CUSTO DE MERCADORIA E OUTRAS VARIAÇÕES
PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS.**

Em Encargos e Pessoal houve uma queda do gasto em benefícios a pessoal, resultado da implantação do home office no TRT da 14ª Região. Já em Benefícios Assistenciais e Previdenciários houve o crescimento, mas dentro do esperado, ou seja, o crescimento vegetativo da folha. Pelo mesmo motivo do home office tivemos uma queda robusta em Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo no ano de 2020 conforme observamos no Demonstrativo das Variações Patrimoniais.

As Variações Patrimoniais Diminutivas somaram R\$ 407,8 milhões, sendo que 81,77% correspondem a despesas com Pessoal (59,81% de Pessoal e Encargos Sociais, e 126,85% de Benefícios Previdenciários e Assistenciais).

Observamos que o valor que mais impacta na diferença é a desincorporação ocorrida em 2019.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
	2020	2019	AH
(+) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	410.987.745,59	579.208.463,31	-29,04%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.354.119,18	4.768.432,25	-8,69%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	192.738,62	135.594,16	42,14%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	16.998,41	15.774,14	7,76%
Transferências e Delegações Recebidas	404.343.072,34	382.237.678,52	5,78%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	1.281.901,60	44.871.218,10	-97,14%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	798.915,44	147.179.766,14	-99,46%
(-) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	407.808.318,54	532.708.222,90	-23,45%
Pessoal e Encargos Sociais	243.906.749,91	240.892.409,77	1,25%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	89.546.432,05	84.456.673,97	6,03%
Uso de Bens, Serviços e Cons de Capital Fixo	30.349.989,47	37.757.187,76	-19,62%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.240,22	464,93	381,84%
Desvalorização e Perda de Ativos	37.182.571,53	714.210,12	5106,11%
Tributárias	156.490,11	270.981,14	-42,25%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	922.426,79	278.609,76	231,08%
Transferências e Delegações Concedidas	5.741.418,46	168.337.685,45	-96,59%
(=) RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	3.179.427,05	46.500.240,41	-93,16%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

C. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias sendo confrontado o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é composto pelos quadros:

Quadro Principal do Balanço Orçamentário;

Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados;

Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados

O total de despesas empenhadas é superior à dotação atualizada porque nesta não estão incluídas as provisões recebidas R\$ 15.393,00 (quinze mil trezentos e noventa e três reais) e os destaques recebidos R\$ 36.665.511,39 (trinta e seis milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil e quintos e onze reais e dezenove centavos).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

NOTA 10 - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

A tabela a seguir demonstra a execução da despesa, por origem de crédito:

Tabela 14 – Despesas Executadas por Origem de Crédito

Em R\$

CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2019 E CRÉDITOS ADICIONAIS)							
Unidade Orçamentária	Grupo Despesa	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS (b)	% (b)/(a)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	% (d)/(a)
15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	1 – Pessoal e Encargos Sociais	315.610.666,00	322.737.564,00	321.849.007,90	0,99	321.849.007,90	0,99
	3 – Outras Despesas Correntes	45.793.777,00	40.830.543,00	39.101.179,65	0,95	38.455.755,69	0,94
	4 Investimentos	542.678,00	1.360.284,00	1.297.851,17	0,95	1.281.751,93	0,94
	9- Reserva de Contingência	349.007,00	349.007,00	-	-	-	-
Subtotal		362.296.128,00	365.277.398,00	362.248.038,72		361.586.515,52	
PROVISÕES RECEBIDAS							
Unidade Orçamentária	Grupo Despesa	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS (b)	% (b)/(a)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	% (d)/(a)
15101 - Tribunal Superior do Trabalho	3 - Outras Despesas Correntes	15.393,00	15.393,00	5.131,00	0,33	5.131,00	0,33
DESTAQUES RECEBIDOS							
Unidade Orçamentária	Grupo Despesa	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS (b)	% (b)/(a)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	% (d)/(a)
26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia	1 – Pessoal e Encargos Sociais	-	-	9.334.325,23	1	9.334.325,23	1
22201 – Inst. Nacional de Coloniz. e Reforma Agraria	1 – Pessoal e Encargos Sociais	-	-	18.827.475,71	1	18.827.475,71	1
25303 – Instituto Nacional do Seguro Social	1 – Pessoal e Encargos Sociais	-	-	219.740,19	1	219.740,19	1
36211 - Fundação Nacional de Saúde	1 – Pessoal e Encargos Sociais	-	-	5.844.505,26	1	5.844.505,26	1
71103 -Encargos Financ. da União-Sentenças Judiciais	3 – Outras Despesas Correntes	-	-	2.290.054,38	1	2.290.054,38	1
25298-Superintendencia da Zona Franca de manaus	1- Pessoal e Encargos Sociais	-	-	62.342,08	1	62.342,08	1
26421- Instituto Federal de Rondônia IFRO	1- Pessoal e Encargos Sociais	-	-	129.844,72	1	129.844,72	1
39252- Departamento de Infraestrutura de Transportes DNIT	1- Pessoal e Encargos Sociais	-	-	70.511,77	1	70.511,77	1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

44201-Inst. Brasileiro de Meio Ambiente -IBAMA	1- Pessoal e Encargos Sociais	-	-	155.764,82	1	155.764,82	1
Subtotal		-	-	36.934.564,16	1	36.934.564,16	1
Total		362.296.128,00	365.277.398,00	399.187.733,88	1	398.526.210,68	1

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Verifica-se eficiência no planejamento e na execução da despesa, como pode ser visto na comparação entre a Despesa Empenhada e a Dotação Atualizada nos anos de 2019 a 2020, conforme tabelas a seguir:

Tabela 15 – Dotação Atualizada e Despesas Empenhadas

Em R\$

Grupo Despesa		1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4 - INVESTIMENTOS	5- RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Total
DOTAÇÃO ATUALIZADA	2020	322.737.564,00	40.830.543,00	1.360.284,00	349.007,00	365.277.398,00
	2019	322.695.667,00	46.648.595,00	3.767.284,00	-	373.11.546,00
	2018	293.709.000,00	50.716.931,00	2.787.317,00	-	347.213.248,00
DESPESAS EMPENHADAS	2020	321.849.007,90	39.101.179,65	1.297.851,17	-	362.248.038,72
	2019	316.849.007,90	46.348.303,42	3.762.632,25	-	366.802.180,69
	2018	287.669.046,83	49.484.392,01	2.766.042,43	-	339.919.418,27

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Considerando-se as despesas empenhadas nos exercícios de 2019 e 2020, têm-se as seguintes considerações:

1) O Grupo 1 – A Despesa com Pessoal apresentou uma variação positiva de 1,60% devido à decisão de pagar no mês de dezembro de 2020 os valores relativos às férias, décimo e outros direitos que estavam vedados desde o começo do ano devido a ato do CSJT e que ao final do exercício puderam ser pagos tendo em vista a sobra orçamentária em 2020.

2) O Grupo 3 – Outras Despesas Correntes apresentaram uma variação negativa de 18,53% resultado da decisão administrativa que colocou toda a força de trabalho do TRT da 14ª Região em home office (contratos pararam de ser reajustados, viagens e cursos cancelados, prédios fechados e etc) com vistas a diminuir e conter a contaminação pelo novo coronavírus que se tornou uma Pandemia de reflexos globais ocasionando diversas mortes e sobrecarregando todo o sistema de saúde tanto público quanto privado.

3) O Grupo 4 – Investimentos apresentaram uma variação negativa de 189,91% pois houve os fatos já mencionados acima em relação ao coronavírus e a implantação do home office em todo o Tribunal, bem como a influência do Teto de Gastos que faz que o Tribunal remaneje orçamento de capital para cobrir outras áreas.

NOTA 11 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Verifica-se que em 2020 houve um excelente nível de execução dos Restos a Pagar, tendo em vista o alto índice de execução (100%) e não houve nenhuma reinscrição de empenhos de 2019.

Tabela 17 – Execução de Restos a Pagar Não Processados



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

RAP Não Processados							
Inscritos e Reinscritos		Pagos		Cancelados		Saldo	
Ano Insc.	R\$	R\$	%	R\$	%	R\$	%
2018	2.577.778,44	2.350.564,69	91,19%	216.219,04	8,39%	10.994,71	0,43%
2019	1.123.193,54	1.015.942,76	90,45%	107.250,78	9,55%	0,00	0,00%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

**NOTA 12 - EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO
PROCESSADOS LIQUIDADOS**

Em relação aos Restos a Pagar Processados, foi pago o valor de R\$ 13.426,68 (treze mil e quatrocentos e vinte e seis e sessenta e oito centavos) no exercício de 2020, ou seja, foi totalmente executado.

D. BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos e os dispêndios de recursos no exercício, sendo dividido em duas colunas, uma para os ingressos e outra para os dispêndios. As colunas são divididas em Receitas/Despesas Orçamentárias, Transferências Financeiras Recebidas/Concedidas e Recebimentos/Despesas Extraorçamentários, conforme o caso. Dentre os saldos de maior relevância, destacam-se os relacionados a seguir.

A partir da análise do Balanço Financeiro é possível extrair os resultados: Orçamentário, Financeiro, das Transferências Financeiras e da Movimentação Extraorçamentária.

NOTA 13– RESULTADOS DO BALANÇO FINANCEIRO

De acordo com o Balanço Financeiro, observa-se inexistência de receitas orçamentárias, pois o TRT14 não é agente arrecadador originário, ou seja, os recursos que custearam todas as suas despesas orçamentárias 2020 no valor de R\$ 399.187.733,88 (trezentos e noventa e nove milhões, cento e oitenta e sete mil, setecentos e trinta e três reais e oitenta e oito centavos) e 2019 no valor de R\$ 382.249.447,65 (trezentos e oitenta e dois milhões, duzentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e sessenta e cinco centavos) vieram de repasses da Setorial Financeira do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Tabela 18 – Resultados

Em R\$

ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
Receitas Orçamentárias	0,00	0,00
(-) Despesas Orçamentárias	399.187.733,88	382.249.447,65
Subtotal (Resultado Orçamentário)	-399.187.733,88	-382.249.447,65
Transferências Financeiras Recebidas	397.184.974,34	378.646.216,05
Transferências Financeiras Concedidas	5.741.418,46	153.788.021,45
Subtotal (Resultado das Transferências)	391.443.555,88	224.858.194,60
Recebimentos Extraorçamentários	9.834.509,98	160.710.301,70
Despesas Extraorçamentárias	1.322.135,33	6.412.388,92
Subtotal (Resultado Orçamentário)	8.512.374,65	154.297.912,78
Total	768.196,65	-3.093.340,27



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

Saldo Caixa para o Exercício Seguinte	3.174.023,81	2.405.827,16
Saldo Caixa do Exercício Anterior	2.405.827,16	5.499.167,43
Total(Resultado Financeiro)	768.196,65	-3.093.340,27

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Embora o resultado orçamentário tenha sido deficitário, tanto em 2019 quanto em 2020, os resultados das transferências financeiras e das movimentações extraorçamentárias foram superavitários, ou seja, houve ingressos de recursos que somados ao saldo inicial de caixa foram suficiente para cobertura de todas as despesas orçamentárias.

O déficit observado no resultado financeiro de 2019 no valor de R\$ 3.093.340,27 (três milhões e noventa e três mil, trezentos e quarenta reais e vinte e sete centavos) foi suportado por superávits de exercícios anteriores, visto que o saldo de caixa ao final do exercício foi de R\$ 2.405.827,16 (dois milhões quatrocentos e cinco mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezesseis centavos).

No exercício de 2020, houve um resultado financeiro positivo no valor de R\$ 768.196,65 (setecentos e sessenta e oito milhões, cento e noventa e sete mil e sessenta e cinco centavos) gerando um saldo de caixa para o ano 2021 no valor de R\$ 3.174.023,81 (três milhões, cento e setenta e quatro mil, vinte e três reais e oitenta e oitenta e um centavos).

NOTA 14.1 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS

As transferências financeiras concedidas referem-se à movimentação da conta Movimento de Saldos Patrimoniais, no valor de R\$ 5.741.418,46 (cinco milhões, setecentos e quarenta e um mil, quatrocentos e dezoito reais e quarenta e seis centavos). O referido valor resulta da arrecadação de receitas do Tesouro Nacional com custas, emolumentos e outras taxas de natureza administrativa e indenizatórias.

NOTA 14.2 - RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

Os recebimentos extraorçamentários sofreram uma diminuição no valor de R\$ 150.875.791,72 (cento e cinquenta milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, setecentos e noventa e um reais e setenta e dois centavos) correspondentes a aproximadamente 93,87%.

Essa queda é resultado do menor valor repassado ao Tribunal Regional de Trabalho – 14ª Região de precatórios que estavam depositados no Banco do Brasil, e foram contabilizados conforme a mensagem SEOFI/CSTJ 052/2019, nota técnica SEOFI.CSJT N.º3, de 28 de novembro de 2020, no valor de R\$ 599.246,80(quinhetos e noventa e nove mil, duzentos e quarenta e seis reais oitenta e oito centavos).

NOTA 14.3 - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

As despesas orçamentárias ordinárias somaram R\$ 399.187.733,88 (trezentos e noventa e nove milhões, cento e oitenta e sete mil, setecentos e trinta e três reais e oitenta e oito centavos) no exercício de 2020 e tiveram um aumento de aproximadamente 4,24% em relação ao exercício de 2019. Este aumento foi ocasionado especialmente pelo crescimento vegetativo da folha.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

E. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período coberto pelas demonstrações contábeis (ou exercício financeiro), bem como o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

NOTA 15 – INGRESSOS

O total de ingressos dos fluxos das atividades de operações foi R\$ 406.341.713,85 (quatrocentos e seis milhões, trezentos e quarenta e um mil, setecentos e treze reais e oitenta e cinco centavos) desse montante 97,74% teve como fonte geradora de caixa as transferências recebidas do Tesouro Nacional para suportarem as despesas liquidadas no exercício de 2020, R\$ 398.526.210,68 (trezentos e noventa e oito milhões, quinhentos e vinte e seis mil, duzentos e dez reais e sessenta e oito centavos).

NOTA 16 – DESEMBOLSOS

Os itens de consumo de caixa de valores mais representativos dos fluxos de caixa das atividades de operações, durante o exercício financeiro de 2020, compreendem:

Judiciário: valores pagos no ano, relativos aos créditos autorizados no exercício e dos restos a pagar, não considerados os pagamentos das despesas com modalidade de aplicação 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

Previdência Social: valores pagos no ano, relativos aos créditos autorizados no exercício e dos restos a pagar da Ação relativa a pagamentos de Aposentadorias e Pensões Civis da União;

Encargos Especiais: valores pagos no ano decorrentes da execução de créditos descentralizados destinados ao custeio de sentenças judiciais (precatórios e sentenças de pequeno valor);

Transferências Concedidas (Intragovernamentais): valores pagos no ano, relativos aos créditos autorizados no exercício e dos restos a pagar, com modalidade de aplicação 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Assim, esses itens dos fluxos de caixa das atividades de operações contemplam desembolsos com Pessoal, Encargos Sociais e Outros Custeios, de acordo com a classificação funcional da despesa. A tabela a seguir retrata as ações governamentais do exercício e de restos a pagar realizadas no ano de 2020 dos itens Pessoal e Demais Despesas e Transferências Concedidas:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

Grupo Despesa		Ação	Despesas Pagas	RAP (Proc. e n Proc.)	Total
1	Pessoal e Encargos Sociais	Ativos Cíveis da União	197.698.148,46	-	197.698.148,46
		Contribuição da União, de Suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	36.491.553,42	-	36.491.553,42
		Aposentadorias e Pensões Cíveis da União	87.659.306,02	2.065,81	87.661.371,83
		Subtotal	321.849.007,90	2.065,81	321.851.073,71
3	Outras Despesas Correntes	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	552.333,53	123.911,15	676.244,68
		Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Despesas Diversas	16.672.746,79	598.311,58	17.271.058,37
		Manutenção e Gestão dos Serviços e Sistemas de Tecnologia da Informação	855.278,27	144.210,31	999.488,58
		Capacitação de Recursos Humanos	339.768,18	900,00	340.668,18
		Manutenção de Varas Itinerantes na Justiça do Trabalho	8.451,44	-	8.451,44
		Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	148.526,90		148.526,90
		Publicidade Institucional e de Utilidade Pública	195.748,55	5.424,72	201.173,27
		Assistência Médica e Odontológica de Cíveis – Complementação da União	9.722.830,44	-	9.722.830,44
		Assistência Pre - Escolar aos Dependentes de Servidores Cíveis de Empregados	1.290.405,61	-	1.290.405,61
		Auxílio Alimentação de Cíveis	8.515.399,71	-	8.515.399,71
		Auxílio Funeral e Natalidade de Cíveis	139.274,84	-	139.274,84
		Subtotal	38.440.764,26	872.757,76	39.313.522,02
Total			360.289.772,16	874.823,57	361.164.595,73

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

No que tange aos fluxos de caixa das atividades de investimentos do exercício 2020 contemplaram desembolsos do Grupo 4 – Investimentos, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 20 – Desembolsos – Atividade de Investimentos

Em R\$					
Grupo Despesa		Ação	Despesas Pagas	RAP (Proc. e não Proc.)	Total
4	Investimentos	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Despesas Diversas	1.281.751,93	214.350,00	1.496.101,93
		Manutenção e Gestão dos Serviços e Sistemas de Tecnologia da Informação	-	2.499,24	2.499,24
		Subtotal	1.281.751,93	216.849,24	1.498.601,17
Total			1.281.751,93	216.849,24	1.498.601,17

Em R\$



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

NOTA 17 – GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA

Na tabela a seguir, nota-se uma variação grande na geração de caixa, onde saímos de uma situação em que mais houve desembolsos que entrada em 2019 para mais ingressos que desembolsos em 2020 com saldo de R\$ 768.196,65 na geração líquida de caixa de 2020 reflexo do menor gasto com as atividades correntes do Órgão em virtude da pandemia do novo coronavírus.

Tabela 22 – Geração Líquida de Caixa

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	768.196,65	-3.093.340,27	

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial